



## Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

**Portaria nº 66/2022 TRE-PB/PTRE/62ª\_ZONA**

*Restringe a venda em varejo de bebidas alcoólicas na jurisdição da 62ª Zona Eleitoral e dá outras providências.*

**A JUÍZA ELEITORAL DA 62ª ZE/PB**, no uso do poder de polícia, atribuição legal da autoridade judiciária eleitoral, com vistas a preservar o processo eleitoral, tendo em vista o disposto no art. 35, XVII do Código Eleitoral (Lei nº 4.737/65), que atribui competência ao Juiz Eleitoral para adotar as providências que julgar cabíveis com a finalidade de evitar atos que comprometam as eleições;

**CONSIDERANDO** que a proibição da venda de bebidas alcoólicas nos dias em que se realizam eleições, medida popularmente conhecida como “Lei Seca”, acha-se incorporada aos costumes nacionais, objetiva assegurar a ordem e a tranquilidade do pleito e se mostrou ao longo do tempo como uma das mais eficientes medidas de auxílio ao controle da paz e tranquilidade, refletindo no bom andamento dos trabalhos eleitorais;

**CONSIDERANDO** que o valor social do trabalho e da livre iniciativa, consagrado na Constituição, embora constitua pilar da ordem jurídica nacional, não pode ser sobreposto ao legítimo interesse público no processo eleitoral calmo e sem sobressaltos;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica proibida a distribuição e a venda, em varejo, de bebidas alcoólicas, em toda a área de jurisdição da 62ª Zona Eleitoral, municípios de Boqueirão, Cabaceiras, Barra de São Miguel, São Domingos do Cariri e Riacho de Santo Antonio, no período compreendido entre as **0h00 (zero hora) e às 18h00 (dezoito horas) do dia 2 de outubro de 2022 - 1º turno e, se houver 2º turno, no mesmo horário do dia 30 de outubro de 2022.**

**Parágrafo único.** A proibição a que se refere o “caput” dirige-se a estabelecimentos como supermercados, lanchonetes, bares, restaurantes, hotéis e pousadas, boates, casas noturnas e assemelhados.

**Art. 2º.** Incumbirá às Polícias Civil e Militar a irrestrita fiscalização quanto ao cumprimento desta Portaria, tomando as medidas cabíveis contra aqueles que a infringirem, tais como: fechamento do estabelecimento comercial, apreensão de bens e objetos relacionados à infração, identificação do comerciante, distribuidor ou usuário, e, em caso de resistência ou reiteração, sua condução à DEPOL, para responsabilização criminal (art. 347 do Código Eleitoral), comunicando-se ao Juiz Eleitoral.

**Art. 3º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Ciência ampla a toda população. Ciência ao Ministério Público Eleitoral.